



Simpósio de Integração Acadêmica

“Ciências Básicas para o Desenvolvimento Sustentável”

SIA UFV 2023



DEFENDENDO O PASSADO: UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE SALVAGUARDA DA CASA TELLES EM VISCONDE DO RIO BRANCO-MG

Thiago Guilherme de Souza - Departamento de História (UFV) - thiago.guilherme@ufv.br

Profa. Dra. Patricia Vargas Lopes de Araújo (Orientadora) - Departamento de História (UFV) - patricia.lopes@ufv.br

Patrimônio Cultural; Ministério Público; Passado; Memória.

Introdução

A pesquisa apresenta uma análise relacionada à defesa do patrimônio cultural pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, mais especificamente no que se refere à proteção e salvaguarda jurídica do bem imóvel denominado *Casa Telles*, localizado na cidade de Visconde do Rio Branco-MG

Objetivos

O objetivo geral do estudo foi analisar os mecanismos jurídicos utilizados pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais para defender o imóvel denominado *Casa Telles*, enquanto um importante bem representativo do patrimônio cultural local. Como objetivos específicos, destacaram-se: a) a análise das diversas nuances apresentadas pelo patrimônio cultural, nos mais diversos posicionamentos bibliográficos, buscando entender suas características, classificações e condicionantes; b) o destaque dos dispositivos legais e constitucionais que regulamentam as formas de intervenção do Estado na propriedade, e que podem ser utilizados como uma estratégia de preservação do patrimônio cultural nacional; c) o desenvolvimento de um estudo acerca dos instrumentos jurídicos, à disposição do Ministério Público, capazes de efetivar a proteção do patrimônio cultural, demonstrando a utilização e efetividade destes em uma pesquisa focada na atuação do Ministério Público do Estado de Minas Gerais no município de Visconde do Rio Branco-MG, tendo como principal fonte de pesquisa a Ação Civil Pública nº 0145735-65.2004.8.13.0720; d) entender a importância histórica e cultural da *Casa Telles* e o legado de seu fundador, Adriano Telles.

Material e Método

A metodologia utilizada foi à pesquisa bibliográfica e documental. Essa opção implicou na realização de uma pesquisa qualitativa e na utilização do método dedutivo para o desenvolvimento do estudo, uma vez que os dados e informações necessários para este tipo de estudo estavam disponíveis na teoria existente na literatura e em documentos públicos.

Resultados e Discussão

A atuação do Ministério Público garantiu a reconstrução da fachada da *Casa Telles* e a implementação de um memorial sobre esse notável bem cultural. Além disso, o acordo judicial firmado com os réus garantiu o recebimento de uma indenização pelos danos materiais e morais coletivos irreversíveis no valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), que foi depositada junto ao Fundo Municipal do Patrimônio Histórico de Visconde do Rio Branco e usada para a reforma e preservação de outros bens dotados de valor histórico e cultural localizados na municipalidade.

Fachada original - Casa Telles (1916)



Fachada reconstruída - Casa Telles (2022)



Conclusões

Embora tenha ocorrido a demolição arbitrária do bem cultural em questão, a ação diligente do *parquet* possibilitou a reparação financeira e a reconstrução da fachada do imóvel, mitigando com isso os danos irreversíveis suportados pela sociedade. Neste sentido, conclui-se que os resultados atestam a efetividade da atuação do Ministério Público relacionada à salvaguarda do patrimônio cultural, resguardando um importante direito difuso pertencente a toda comunidade.

Bibliografia

CHOAY, Françoise. Alegoria do patrimônio. 6. Ed. São Paulo: UNESP/Estação Liberdade, 2017.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MINC - IPHAN, 2017.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. Introdução ao Direito do Patrimônio Cultural Brasileiro. Belo Horizonte: 3i Editora, 2021.